

Uma análise sobre a questão dos aglomerados subnormais em São José do Rio Preto/SP

Luiz Henrique Mateus Lima¹

RESUMO

Fazendo parte há mais de um século nas cidades, os aglomerados subnormais (popularmente chamados de favelas) representam as últimas opções para quem não tem condições de arcar com os custos de uma moradia. São frequentemente localizados em áreas marcadas pela precariedade e construídos com vários tipos de materiais. O objetivo deste artigo é analisar a questão destes aglomerados em São José do Rio Preto, cidade localizada na região noroeste do estado de São Paulo e que já lida com esses problemas desde meados da década de 1960. Apesar das administrações municipais colocarem em prática programas para remoção destas favelas, elas sempre ressurgem em outros pontos da cidade. Como procedimentos metodológicos, realizamos consultas a trabalhos acadêmicos, trabalho de campo e entrevistas com a ex-Secretária da Habitação, com um vereador local e com o coordenador da única favela remanescente na cidade.

Palavras-chave: São José do Rio Preto; Favela; Desigualdades.

An analysis about the subnormal agglomerates in São José do Rio Preto/SP

ABSTRACT

Part of the cities for more than a century, subnormal agglomerations (popularly called favelas) represent the last options for those who have no conditions to afford the costs of housing. They are often located in areas marked by precariousness and constructed with various types of materials. The objective of this article is to analyze the issue of these clusters in São José do Rio Preto, a city located in the northwest region of the state of São Paulo and which has dealt with these problems since the mid-1960s. Despite the municipal administrations putting in place programs for removal of these favelas, they always reappear in other parts of the city. As methodological procedures, we made consultation on academic works, fieldwork and interviews with the former Secretary of Housing, with a city councilor and with the coordinator of the last remaining favela in the city.

Keywords: São José do Rio Preto; Favela; Inequalities.

Introdução

Os aglomerados subnormais (popularmente chamados de favelas) representam a forma com que as cidades são profundamente desiguais. Representam para algumas pessoas provavelmente uma das últimas esperanças para que se tenha algo que possa ser chamado de um lar, ou um lugar onde morar. Na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um aglomerado subnormal é um “conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais” e que ocupam “terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa” (IBGE, 2010, p. 18).

¹ Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) – E-mail: luizlimahm@gmail.com

Esses aglomerados são vistos como a representação da “alta prevalência de situações de pobreza e de uma política habitacional pouco efetiva por parte do Estado” (SARAIVA E MARQUES, 2011, p. 105). Conforme os autores ressaltam, as favelas:

Em sua maioria estão localizadas em áreas *non aedificandi*, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos dos cursos-d’água. Por se tratarem de áreas caracterizadas pela ilegalidade da terra e por uma ocupação desordenada, as favelas são normalmente locais com deficiência de serviços de infraestrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos.

As favelas representam as desigualdades existentes nas cidades em relação à renda e às oportunidades. Se tornam evidentes as disparidades entre áreas que são bem servidas de infraestrutura e serviços essenciais, ocupadas pelos segmentos mais abastados, e áreas em que não há sequer o básico, onde as famílias mais pobres se resignam a viver. Essas desigualdades, segundo Rodrigues (2007, p. 75), expressam a “impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência”, ou seja, “é visível, até para os olhos desatentos, a ‘oposição’ entre áreas ricas e áreas pobres”.

Nesse contexto, é possível afirmar que cada segmento tem o seu lugar na cidade, ou, no caso, dos pobres, fora da cidade, onde são mantidos longe das vistas dos que dispõem de melhores condições financeiras. Conforme Singer (1982, p. 33) ressalta:

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc...

Os aglomerados subnormais são então as principais soluções para essa população que, por não contar com o mínimo necessário para viver em uma área com o mínimo de benfeitorias, se resignam a viver nesses locais.

O objetivo deste trabalho é analisar a questão destes aglomerados em São José do Rio Preto. Veremos que eles já fazem parte da cidade há mais de meio século, e que mesmo com frequentes programas de desfavelamento eles sempre ressurgem periodicamente. Em alguns casos, as remoções são rápidas, contudo, conforme veremos, atualmente há apenas uma favela

remanescente na cidade que vem resistindo às frequentes tentativas de reintegração de posse por parte da Prefeitura Municipal.

Como procedimentos metodológicos, realizamos consultas em trabalhos acadêmicos (Teses, Dissertações, artigos em revistas etc.), assim como foi feito um trabalho de campo na favela da Vila Itália, onde entrevistamos o coordenador e pudemos obter fotografias do aglomerado. Houve também entrevistas com a Secretária da Habitação em exercício na época e com um vereador da cidade.

A necessidade de ter uma moradia

Segundo Carlos (2008, p. 50), o “primeiro aspecto que chama a atenção quando se observa a paisagem urbana é o choque de contrastes, das diferenças”.

Por todos os lados a disparidade, a desigualdade entre o “rico” e o “pobre” e entre este último e a “miséria absoluta” daqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade da infraestrutura, na roupa e rostos (na rudez ou suavidade de traços) (CARLOS, 2008, p. 52).

Apesar dos contrastes e das diferenças mencionadas, há algo de comum entre os cidadãos: a necessidade de morar. E isso vai além dos ricos ou dos pobres. Mesmo aqueles que vivem nas ruas em algum momento constroem abrigos ou então procuram ocupar as fachadas cobertas das lojas ou mesmo prédios abandonados. É necessário ter um teto para se proteger da chuva, do calor ou do frio. Rodrigues (2017, p. 11) ressalta que no “campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos”, ou seja, “mudam as características da habitação, no entanto, é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço”. No entanto, as contradições existentes nas cidades expõem as diferentes condições a que cada um poderá se apropriar de uma moradia:

Especialmente, mudam as características da habitação. É suficiente observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferenciação entre as características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da “conservação”, de acabamento das casas, as ruas – asfaltadas ou não –, a existência de iluminação, esgotos, etc. para se ter uma noção da segregação espacial. Ao mesmo tempo, há espaços na cidade com infraestrutura e outros sem. Há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação.

Morar não só é uma necessidade, mas também é um direito de cada um. Está presente inclusive na Constituição Federal do Brasil que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança...” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018, p. 12). Todavia, entre o que está escrito e o que é colocado em prática, nem todos devidamente gozam desses direitos. No caso específico da moradia, as favelas e

os demais assentamentos ilegais presentes em quase todas as cidades mostram que a ausência de habitações dignas ainda é um dos problemas centrais no país. Conforme vimos anteriormente, parte dos cidadãos sequer recebem o mínimo necessário para poder alugar uma casa, sendo então necessário que se desloquem para áreas muitas vezes distantes dos seus locais de trabalho. Essa medida acaba se tornando a última opção para ter uma moradia, visto que, a partir da autoconstrução, as famílias podem ir melhorando o seu espaço aos poucos.

[...] por caminhos tortuosos a casa autoconstruída pode ser a melhor, pois é a única possibilidade de investimento, na medida em que os gastos com aluguel não levam a qualquer forma de poupança, além da enorme instabilidade dessa forma de moradia. Resta a favela, que continua a ser a opção mais barata, mas, juntamente com o cortiço, constitui o último reduto da escala habitacional, pelas deterioradas condições materiais e simbólicas da existência presentes nessas modalidades de habitação (KOWARICK, 2000, p. 87).

É a última opção visto que, sem poder arcar com a compra de uma casa ou com o aluguel em um conjunto habitacional, provavelmente para essa família restaria a própria rua, os albergues municipais ou os viadutos. Por mais que as condições vividas nas favelas sejam precárias, as famílias ainda podem construir suas moradias aos poucos e se organizar em grupos para reivindicar seus direitos a melhores condições.

No tópico a seguir, trataremos algumas informações acerca da história dos aglomerados subnormais em São José do Rio Preto, e, em seguida, destacaremos o caso da favela da Vila Itália, a última remanescente na cidade.

Os aglomerados subnormais em São José do Rio Preto

Segundo Barbosa (2017, p. 179), “as favelas não são fenômenos recentes da urbanização no Brasil”. Nas palavras do autor, por mais que “os moradores de favelas sejam tratados com estereótipos conservadores [...], as favelas se constituíram como expressões legítimas das lutas de homens e mulheres para habitar a cidade”. Dessa forma:

Os moradores das favelas, mocambos e vilas aprenderam, desde cedo, a inventar diferentes modos de construir suas vidas na cidade. A principal delas, é claro, está relacionada ao direito de permanência na cidade face às ameaças e às ações concretas do despejo de suas moradas. Outra luta comum esteve associada à conquista de melhorias urbanas que garantissem condições fundamentais de existência, implicando direito de acesso a serviços, bens e equipamentos que, inclusive, afirmaram a consolidação de muitas *comunidades populares* nas cidades (BARBOSA, 2017, p. 179, grifos do autor).

O problema da falta de moradias não é recente em Rio Preto, fazendo com que as favelas marquem presença na cidade há mais de meio século. Segundo matéria do jornal *Diário da Região*, um dos primeiros registros foi feito em 1961². A figura 1 traz uma foto da época:

Figura 1: Primeira favela de São José do Rio Preto.



Fonte: Arquivo Público; *Diário da Região* (2018).

Todavia, esses assentamentos não duravam o suficiente para que se tornassem grandes favelas. A Prefeitura logo retirava as famílias das áreas ocupadas. Apenas nas décadas de 1980 e 1990 que esses aglomerados passaram a se multiplicar na cidade, dificultando inclusive as remoções, visto que, enquanto um projeto de desfavelamento terminava, novas moradias eram erguidas em outra área.

A inclusão da cidade no Programa de Cidades de Porte Médio³, no começo da década de 1980, contribuiu para o crescimento do problema dos aglomerados subnormais. Segundo Steinberger e Bruna (2001, p. 52), o programa foi “instituído em 1976, no âmbito da CNPU [Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana], com o objetivo de fortalecer cidades médias por meio de ações inter e intraurbanas”.

Sobre as interurbanas, a ideia era que tais cidades, ao expandirem sua capacidade produtiva e o mercado da região por elas liderado, apresentassem economias de aglomeração e reduzissem os fluxos migratórios que se dirigiam para as regiões metropolitanas. Para tanto, pretendia-se localizar equipamentos terciários de alcance regional e oferecer incentivos, a fim de atrair capitais industriais para as cidades selecionadas. Ao mesmo tempo, previa-se uma atuação intraurbana nas áreas carentes de tais cidades, supondo-se que essa seria uma maneira de redistribuir renda.

² “Rio Preto e as favelas, mais de 50 anos de convivência”, *Diário da Região*, 22/07/2018. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/conteudo/2018/07/secoes/blogs/rio_preto_em_foco/1115258-rio-preto-e-as-favelas-mais-de-50-anos-de-convivencia.html> Acesso em: 04 jan. 2021.

³ O Programa vigorou entre 1976 e 1986 em território nacional.

É importante ressaltar que São José do Rio Preto foi a primeira cidade paulista a fazer parte do Programa de Cidades de Porte Médio, contudo, a inclusão da cidade no referido programa, que visava reduzir as migrações para as regiões metropolitanas e redirecioná-las para as cidades do interior, significou também um rápido aumento populacional, visto que a cidade ainda não estava preparada para receber um maior contingente de pessoas. A população de Rio Preto, que em 1970 era de 122.134 habitantes, passou para 188.599 em 1980 e 283.761 em 1990 segundo o documento “Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010” (IBGE, 2010).

A participação da cidade em programas como o de cidades de porte médio por um lado foi benéfica, visto que, nas palavras de Vasconcelos (1992, p. 126-7), houveram impactos importantes na “intensificação do crescimento e modernização da cidade no sentido de atender a uma demanda crescente e diferenciada de produtos e serviços que parte não só do próprio município de Rio Preto, como também de um grande número de outros municípios da sua própria região [...]”. Por outro lado, o autor também destaca o lado negativo da modernização:

[...] a modernização da cidade também pode ser vista no sentido dos “modernos” problemas que ela passa a enfrentar ao nível das carências crescentes nas áreas de habitação, saneamento, transportes, suprimento de água, de energia elétrica etc. Tais problemas decorrem do enorme afluxo de pessoas que chegam em busca de usufruir do dinamismo econômico da cidade e da região e que acarretam um enorme crescimento da população urbana [...]. Isso pode ser visto observando-se a dinâmica populacional no período de 1970 a 1980, quando o município de São José do Rio Preto aumentou sua população a uma taxa cerca de seis vezes maior do que a taxa de crescimento da população total da sua própria Região Administrativa.

Dessa forma, a migração e o rápido crescimento populacional somados com a falta de um planejamento adequado para receber essas pessoas e prover os serviços essenciais, sobretudo de moradia, contribuíram para o surgimento dos aglomerados subnormais, que foram se multiplicando ao longo dos anos conforme as pessoas chegavam à cidade e a carência aumentava. Visando atenuar este problema de forma tardia, as administrações municipais iniciaram programas de reassentamento das famílias. Na década de 1980, por exemplo, Santos (2013, p. 96) destaca dois programas colocados em prática na cidade: Programa de Desfavelamento e Programa Nossa Terra.

Nessa época, existiam 14 favelas, que tiveram seus moradores removidos para a zona Norte do Município, por meio da construção de cinco Conjuntos Habitacionais: Eldorado Parte III, Jardim Viena/São Francisco, Jardim Marajó, João Paulo II e Jardim Anieli.

A produção de loteamentos para os cidadãos mais pobres foi, segundo Vasconcelos (1992, p. 135), parte da “Política Municipal de Desenvolvimento Habitacional”. Conforme o autor ressalta:

A emissão desta política na forma de lei em dezembro de 1988 pode ser vista como uma etapa avançada de um processo que se iniciou em 1979 com a criação da

EMCOP—Empresa Municipal de Construções Populares, que coordena desde então as ações que se sucederam na área de habitação popular no município.

Assim, entre os projetos colocados em prática a partir desta política estão os dois que foram citados anteriormente:

Esta política abrange o desenvolvimento dos seguintes programas: **Programa Nossa Terra**, que oferece moradia para a população com renda até cinco salários mínimos e que envolve a criação dos chamados loteamentos populares, visando, além do acesso à terra e à habitação para o segmento da população não abrangida pelo SFH [Sistema Financeiro da Habitação], evitar a maior favelização da cidade; **Programa de Desfavelamento** [...] (VASCONCELOS, 1992, p. 136, grifos nosso).

Por outro lado, agora na década de 1990, apesar de terem havido programas na década anterior que possibilitaram que as famílias mais pobres fossem contempladas com moradias, novos aglomerados subnormais foram criados em Rio Preto, e assim a cidade foi incluída em um novo programa para remoção de favelas:

O Programa Habitar Brasil – HBB/BID foi um acordo de empréstimo entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, firmado em setembro de 1999, que criou um aparato normativo e orçamentário para o financiamento de obras e ações voltadas aos chamados assentamentos subnormais em áreas periféricas [...] (SANTOS, 2013, p. 237).

A partir de informações da Conjuntura Econômica de 2001 referentes ao programa de desfavelamento, existiam 14 aglomerados na cidade, que foram removidos enquanto as famílias foram remanejadas para diferentes loteamentos em Rio Preto.

É importante ressaltar que, para os documentos antigos, haviam poucas informações sobre o que era uma favela de fato. Assim, qualquer assentamento era identificado com essa nomenclatura pelas autoridades, por exemplo. Não existia ainda uma definição oficial do IBGE quanto a isso. Dessa forma, torna-se difícil conseguir mostrar em mapas a localização desses aglomerados, visto que na maioria dos documentos e trabalhos eles apenas são mencionados, mas não são identificados por nome. Na Conjuntura Econômica de 1988, por exemplo, é destacado apenas a presença de 13 favelas, 317 barracos e 1.472 pessoas vivendo nesses locais (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1988), sem maiores detalhes sobre os locais em que elas estão.

Somente a partir do programa de desfavelamento colocado em prática ao final da década de 1990 é que há uma distinção. Nesse caso, a Conjuntura Econômica de 2001 já traz informações mais detalhadas, conforme mostraremos abaixo no quadro 1. Em seguida ao quadro, traremos a figura 2 com a localização dos aglomerados removidos entre o final da década de 1990 e início de 2000, além dos bairros de destino. Tanto no quadro como no mapa denominaremos como “favela” os

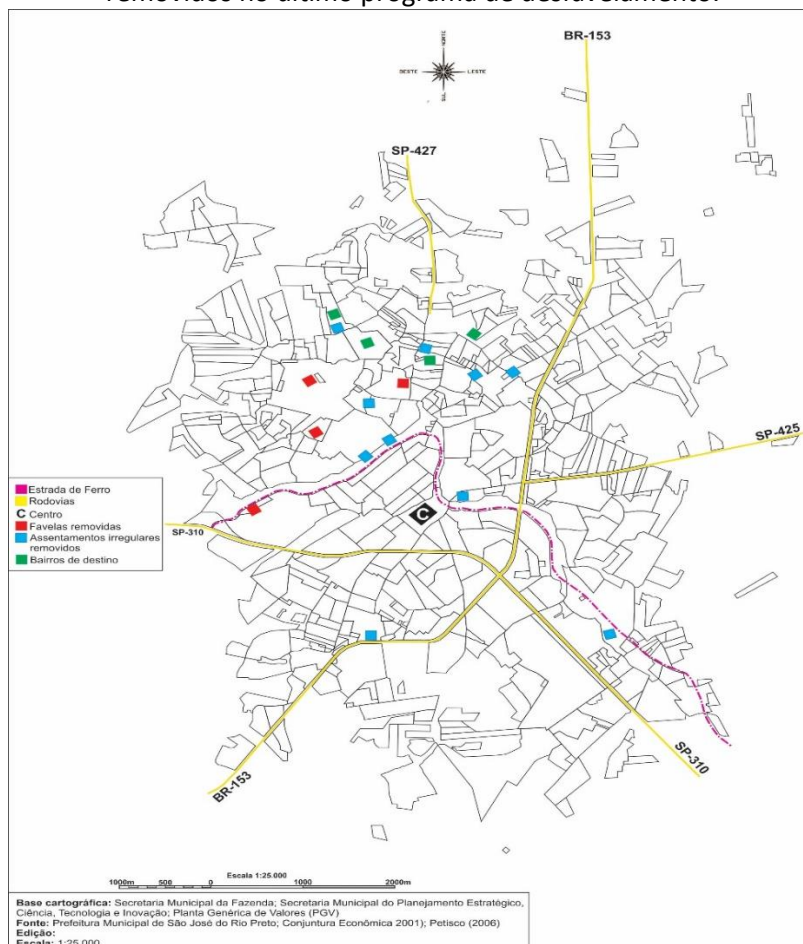
aglomerados que estão dentro da descrição do IBGE, enquanto marcaremos como “assentamentos irregulares” aqueles que estão fora.

Quadro 1: Favelas e assentamentos irregulares removidos durante o segundo Programa de Desfavelamento.

Favelas	Região	Número de moradias	Número de pessoas	Bairro de destino
Laranjeiras	Norte	73	278	Parque da Cidadania
Triângulo	Norte	85	326	Parque da Cidadania
Dom Lafayette	Norte	82	306	Renascer
Gonzaga de Campos	Oeste	80	333	Marisa Cristina I e II
Assentamentos irregulares	Região	Número de moradias	Número de pessoas	Bairro de destino
Antunes	Norte	36	136	Parque da Cidadania
Árvore	Norte	46	157	Santo Antônio
Piedade	Norte	10	41	Parque da Cidadania
Santa Terezinha	Norte	12	69	Parque da Cidadania
São Francisco	Sul	14	71	Parque da Cidadania
Represa I e II	Central	20	69	Renascer
Cidadania	Norte	30	120	Parque da Cidadania
Marajó	Norte	13	48	Parque da Cidadania
Iolanda	Norte	09	31	Parque da Cidadania
Brejo Alegre	Sudeste	22	69	–

Fonte: Prefeitura de São José do Rio Preto; Conjuntura Econômica de 2001.

Figura 2: Localização das favelas e dos assentamentos irregulares removidos no último programa de desfavelamento.



A partir do mapa de São José do Rio Preto apresentado na figura acima, é possível ver que a maioria das favelas e dos assentamentos irregulares estavam localizados na região Norte da cidade, enquanto havia um no sentido Sul, um a Sudeste, um próximo da região central e um a Oeste. Com o programa de desfavelamento, as famílias foram remanejadas para novos loteamentos localizados nas periferias e na mesma parte da cidade em que eles já viviam antes. Caso semelhante aconteceu também durante o programa realizado na década de 1980, quando a administração municipal remanejou as famílias para bairros localizados na mesma região.

Essa estratégia das administrações municipais de direcionar as populações pobres para a zona Norte de Rio Preto é repetida há várias décadas, começando ainda no final da década de 1950 nos primeiros projetos de planejamento urbano e sendo reforçada posteriormente com os programas habitacionais municipais ou então financiados pelo Estado. Vasconcelos (1992, p. 137), por exemplo, já ressaltava no início da década de 1990 que a distribuição da população por faixa de renda já estava estabelecida da seguinte forma:

[...] cabe destacar que a população pobre da cidade está sendo alocada (através dos programas públicos de loteamentos populares e de auxílio à autoconstrução) quase exclusivamente [...] na região Norte da área urbana, numa ampla franja periférica [...]. Assim, a região Norte da cidade consolidou-se, nos últimos vinte e cinco anos, como área privilegiada de ocupação por parte da população mais pobre da cidade.

No outro extremo, a população de renda elevada ocupa predominantemente os bairros nobres e os condomínios fechados da região Sul, e, a partir da década de 1990, os enclaves também de luxo que foram implantados na região Leste da cidade. Isso ajuda a explicar o porquê da maioria dos aglomerados subnormais surgirem em uma mesma área, assim como o motivo das políticas habitacionais para a população pobre priorizarem a implantação no sentido Norte de Rio Preto. Há outros motivos que envolvem o próprio valor da terra nesta área, por exemplo, que por ser mais baixo favorece o mercado da habitação. Nas palavras de Bueno (2003, p. 166):

[...] a própria Prefeitura Municipal, após a edição do Plano Diretor, havia considerado, em virtude do estudo das bacias, essa região como mais favorável para a expansão da cidade [...]. A outra razão, e, na visão do mercado, a mais importante, é que a terra rural nessa região é mais barata. Ela é mais “fraca” na sua qualidade para a produção agropecuária [...]. Por fim, com a localização maciça dos loteamentos públicos populares nesse setor, ele ganhou a “marca” de “região dos pobres”.

Acerca desta questão, Kowarick (2000, p. 27) resalta que a produção desigual do espaço urbano gera “zonas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo nelas”, assim, no caso de São José do Rio Preto, há poucos loteamentos populares fora da

zona Norte, visto que em determinadas áreas, como a já citada zona Sul, a valorização é contínua por conta dos lançamentos de condomínios verticais ou horizontais de alto padrão, o que atrai novos empreendimentos comerciais e habitacionais para um público específico e ajuda a encarecer a terra urbana nesta área, enquanto que, por outro lado, restringe o acesso dos segmentos menos abastados.

Essa forma de distribuição das moradias, separa os cidadãos ao mesmo tempo que revela a forma com que a segregação se tornou um conteúdo inseparável da produção do espaço urbano em Rio Preto, impactando na morfologia espacial. Esse processo, nas palavras de Carlos (2018, p. 27), se torna “característica da produção da cidade contemporânea e expressão da mercantilização do espaço na totalidade do processo de reprodução do capital”. Nesse contexto:

A segregação vivida na dimensão do cotidiano [...] apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano entendido como limitação de acesso às atividades urbanas (expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração, cercamento ou diminuição dos espaços públicos (expressão do estreitamento da esfera pública). Essa diferenciação ganha realidade na separação/apartamento que condicionam as relações sociais e também no modo como cada cidadão apropria-se do espaço.

Em Rio Preto, a mercantilização do espaço urbano mencionada acima expressa-se nesse acesso diferenciado à terra urbana que os cidadãos dispõem. Assim, como acontece com qualquer mercadoria, as mais caras estão restritas a quem pode pagar mais pela melhor qualidade, e nas cidades elas geralmente estão nas áreas bem servidas de infraestrutura. Aqueles que não contam com maior poder aquisitivo se resignam a viver onde for possível, sendo as favelas as últimas opções.

No tópico a seguir, destacaremos a situação atual da favela da Vila Itália, que começou a ser criada em 2015 e que desde então veio se expandindo ao mesmo tempo que os seus moradores vêm resistindo às ações da Prefeitura Municipal que visam a reintegração de posse.

A resistência na favela da Vila Itália

O último programa de desfavelamento da cidade de São José do Rio Preto foi colocado em prática na segunda metade da década de 1990 e finalizado no começo da década de 2000, sendo mencionado pela última vez em um documento oficial na Conjuntura Econômica de 2001. Dessa forma, os aglomerados subnormais estiveram ausentes por mais de uma década, até que em 2015 as primeiras moradias precárias que dariam origem a favela da Vila Itália foram erguidas.

Analisando os motivos que causam a mudança para as favelas, Moyá (2011, p. 39) aponta a “fuga do aluguel, redução da oferta de imóveis e lotes populares, falta de política habitacional e fundiária, ou mesmo pelas políticas implementadas nas favelas que reduziram a incerteza da permanência”. Nesse contexto, a favela se torna a última opção para as pessoas que não tem condições mínimas de pagar por uma moradia.

No caso de Rio Preto, a favela da Vila Itália se desenvolveu de forma rápida, visto que já conta com mais de 250 famílias, conforme destacado em uma matéria do jornal Diário da Região⁴. Em entrevista realizada com o coordenador⁵, é destacado que há um cadastramento das pessoas que vivem no local:

Todos os moradores são cadastrados. Tem uma assembleia toda segunda-feira às 19:00 horas, onde tudo que acontece aqui dentro e tudo que se constrói aqui dentro. É decidido pela população, a maioria no caso, e construído também pela própria população.

(Coordenador da favela da Vila Itália, 14/04/2019)

O coordenador destaca também a forma com que a favela está organizada em “Secretarias”, que cuidam de assuntos distintos entre os moradores:

A gente se organiza em questão de um corpo de coordenadores, onde a gente vê ou procura as nossas necessidades e vai concluindo elas em questões de melhorias a cada decisão que a gente toma nas assembleias, onde todos participam, desde crianças até adultos.

A gente montou um sistema aqui dentro, através de uma associação de moradores, onde tem todas as secretarias como se fosse uma subprefeitura. Tem secretaria de infraestrutura, de esportes, educação, cultura... são onze secretarias.

(Coordenador da favela da Vila Itália, 14/04/2019)

A organização desta favela é o que vem ajudando os moradores a conseguir resistir mais tempo contra as tentativas de reintegração. Recentemente, houve também a ocupação do Brejo Alegre, localizada à Sudeste, que surgiu depois da Vila Itália, mas que já foi removida pela Prefeitura. Há também a ajuda vinda de advogados que auxiliam os moradores nas reuniões com o poder público:

A gente é defendido por quatro advogados. Um é advogado do CSP Conlutas, que é uma central sindical e popular, onde o movimento Luta Popular é filiado. E tem dois advogados do próprio movimento Luta Popular e do CSP Conlutas. E tem um advogado do PSTU que nos ajuda desde o princípio.

[Eles não cobram nada?]

⁴ Francela Pinheiro, “Edinho assina termo para possível solução da favela da Vila Itália”, *Diário da Região*, 24/11/2020. Disponível em: <<https://www.diariodaregiao.com.br/politica/2020/11/1214099-edinho-assina-termo-para-possivel-solucao-da-favela-da-vila-italia.html>> Acesso em: 08 jan. 2021.

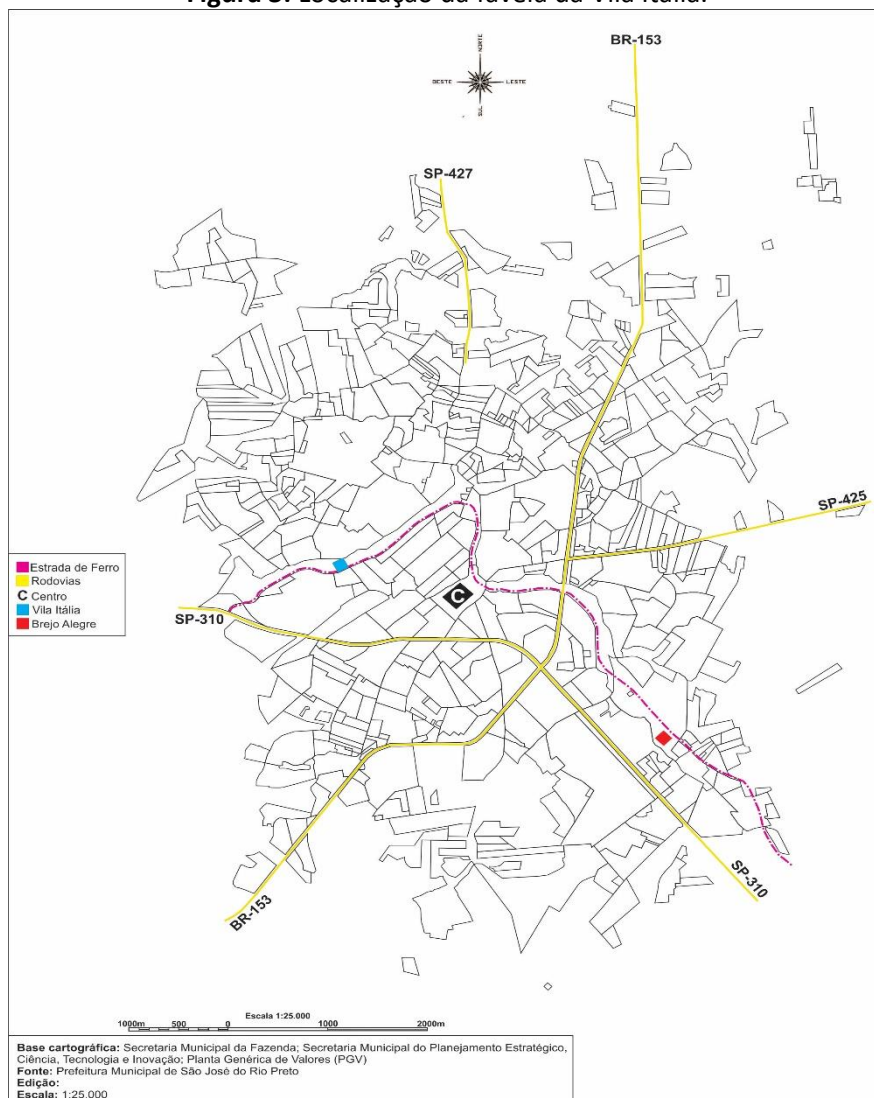
⁵ Mantivemos os trechos da entrevista com o coordenador da forma exata com que ele falou.

A gente é um movimento chamado Luta Popular, onde a gente se mantém com as nossas próprias ações e não há remuneração. É um ideal de luta. Eu estou vendo a ocupação Brejo Alegre se diluindo porque eles não têm advogado, eles não vão à luta. Eles acreditavam que o Prefeito ia ampará-los.

(Coordenador da favela da Vila Itália, 14/04/2019)

A favela da Vila Itália, semelhante ao que aconteceu com os outros aglomerados que existiram antes na cidade, está situada no sentido Norte de Rio Preto, conforme mostrado abaixo na figura 3 junto com o local em que a ocupação do Brejo Alegre estava localizada.

Figura 3: Localização da favela da Vila Itália.



Com a companhia do coordenador, foi realizado um trabalho de observação no interior do aglomerado. Pudemos perceber a presença de características que são vistas em praticamente todas as favelas. Kowarick (2009, p. 233), por exemplo, dá uma definição bastante simples sobre a forma que esses espaços são estruturados:

Localizadas em ruas estreitas e tortuosas, em vários casos verdadeiros labirintos com casas amontoadas em pequenos terrenos, em meio a um emaranhado de fios

puxados clandestinamente, a visão das favelas, por detrás da aparente desordem, revela uma intensa dinâmica. Há enorme quantidade de moradias em processo de construção, reformas ou ampliações, nas quais também estão abundantemente presentes as antenas de televisão e, não raro, os automóveis estacionados em garagens protegidas, como, aliás, estão também portas e janelas.

Várias das características citadas puderam ser observadas na Vila Itália. As figuras 4, 5, 6 e 7 trarão, abaixo, alguns registros fotográficos obtidos no nosso trabalho de campo no interior da favela.

Figura 4: Favela da Vila Itália.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 5: Favela da Vila Itália.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 6: Favela da Vila Itália.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 7: Favela da Vila Itália.



Fonte: Acervo do autor.

Nas figuras é possível ver que há a presença de vários automóveis no interior da favela, da forma que era preciso abrir espaço para que eles passassem enquanto fazíamos o trabalho de observação. As casas também contam com ligação de energia elétrica e, em algumas, há caixas d'água. Há até mesmo um pequeno comércio informal que conta com a presença de cabeleireiro, bar, mercearia, costureiras etc., todavia, as precariedades nas habitações são visíveis, visto que elas são construídas com vários tipos de materiais que são encontrados pelos moradores.

A regularização fundiária é um dos principais interesses dos moradores, que, com a ajuda dos advogados, frequentemente reivindicam esse direito. Contudo, Souza (2013, p. 264) ressalta que as favelas trazem um "status jurídico" que as distingue de outros tipos de assentamentos, como os loteamentos irregulares, por exemplo, o que torna mais complexo a sua regularização. Nas palavras do autor, no caso dos loteamentos, estes "possuem um status jurídico distinto e mais estável que o das favelas, pois, diferentemente destas, não são ocupações", ou seja, os "moradores possuem

algum tipo de documento de propriedade e, por via de consequência, uma maior segurança jurídica”.

Acerca dessa política pública, Rodrigues (2016, p. 55) destaca que a regularização fundiária “reconhece a luta dos movimentos populares urbanos para permanecerem nas áreas ocupadas. Reconhece o trabalho dos moradores, ao longo do tempo e com recursos próprios, para construir suas casas ali e permanecerem”.

A necessidade de ocupar uma área para morar demonstra que o sistema capitalista não provê moradia para todos, pois a casa é uma mercadoria que os baixos salários não permitem comprar. Representa também a incapacidade do Estado para prover um bem indispensável à vida de todos.

No caso da Vila Itália, há um otimismo por parte do entrevistado de que será possível conseguir a regularização, visto que, na visão do coordenador, o Defensor Público vem se posicionando favorável a eles:

Olha, na verdade a gente é uma ocupação já consolidada. O defensor público é bem favorável a nós, ele sempre nos defende, ele sempre diz coisas boas sobre nós para o juiz. O juiz sempre acatou e a arma que a gente usa é que a gente constrói dentro da ocupação algo que quem deveria estar construindo é o município. Como eles não fazem, a gente faz. Então, a gente faz um trabalho social muito bom. A gente tem uma biblioteca; a gente tem reuniões e assembleias periodicamente; a gente, apesar de ser em um sistema precário, a gente tem água encanada; a gente tem luz; a gente tem uma rede de esgoto de fossa séptica.

(Coordenador da favela da Vila Itália, 14/04/2019)

No entanto, esse otimismo vem apenas dos moradores. Quando perguntada sobre essa possibilidade, a Secretária da Habitação se mostrou contrária a ideia:

[...] a favela da Vila Itália, o único acesso para a favela também é pela via férrea. Se nós regularizarmos sem a autorização da Rumo [*companhia ferroviária*] e morrer uma pessoa na linha férrea, nós seremos responsabilizados também. E outra questão... a favela da Vila Itália está dentro do Parque Setorial, que é uma área de interesse ambiental para não urbanização. E ali também já houve depósito de resíduos. Então alguém teria que dar um laudo falando que não teve e eu não faria isso.

(Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

Dessa forma, apesar do coordenador da favela se mostrar otimista por conta das argumentações favoráveis da Defensoria Pública, isto não significa que os moradores sairão vitoriosos, visto que o Defensor está fazendo o trabalho dele. Acerca dessa questão, Andrade (2019, p. 55) ressalta que as famílias que vivem na Vila Itália “tiveram como uma de suas sortes a Defensoria Pública, com atuação ímpar nas causas que versam sobre os direitos humanos”. Por outro lado, conforme a autora continua:

Nem o Ministério Público, que não é – ou não deveria ser – meramente o órgão acusador, teve inicialmente a conduta de proteger quem precisava, pois imediatamente foi pelo deferimento de simplesmente tirar as pessoas dos lugares que ocuparam porque não tinham mais para onde ir.

Na questão jurídica, os moradores da Vila Itália vêm se saindo vitoriosos contra os pedidos de reintegração de posse porque uma das condições é a de que a Prefeitura Municipal precisa apresentar um plano de reassentamento destas famílias, e isso não vem ocorrendo. Não há, por exemplo, um projeto para a construção de loteamentos da forma com que ocorreu nos programas de desfavelamento colocados em prática em décadas anteriores, conforme vimos anteriormente. No entanto, para a Secretária da Habitação o problema não se resume a moradias:

Nós não vamos priorizar eles num programa habitacional, não é justo. Nós temos hoje um déficit habitacional de quase 15 mil famílias, então não é justo a gente furar fila. A gente tem que dar uma saída para tirar essas famílias dessa condição de extrema vulnerabilidade, mas não é através de moradia, porque o problema dessas famílias não se resume a moradias. Na verdade, é renda.

(Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

O coordenador ressalta que os próprios moradores, em vista da falta desse projeto de reassentamento, foram em busca de ajuda profissional para produzir um projeto de urbanização para a favela:

A gente apresentou um projeto de urbanização exatamente como a Secretária da Habitação pediu, com uma entidade habilitada, com uma arquiteta, com uma assessoria técnica, com tudo que ela pediu. Mas, se eles quiserem nos mudar de espaço, para uma outra terra menos valorizada, a gente não é capitalista, a gente só quer o que é nosso por direito. Não tem como a gente estar contente morando em cima de uma terra, apesar dela ser nobre, hoje é tombada como Área de Preservação Permanente, mas isso aqui já foi uma área de aterro sanitário, inclusive de lixo hospitalar, então não tem como estar contente vivendo nessas condições.

(Coordenador da favela da Vila Itália, 14/04/2019)

O projeto em questão foi apresentado, mas não foi levado adiante. Em entrevista com um vereador de Rio Preto, é ressaltado que o referido trabalho sequer foi considerado:

Olha, o Prefeito entrou com dois ou três processos de reintegração de posse. O Defensor Público entrou com uma ação e derrubou a reintegração de posse, então agora nós estamos tentando... inclusive existe um grupo trabalhando com isso aí... a gente está tentando que eles façam um melhoramento. Tem uma arquiteta de São Paulo, que fez em algumas favelas de São Paulo, melhoramentos lá, urbanização e tentou fazer aqui na Prefeitura, mas a Prefeitura fala que aquela área lá é do Parque Setorial, ela é APP [Área de Preservação Permanente], então não pode fazer. Então está nesse impasse.

Eu vi o projeto... coisa mais linda. Faz um arruamento regular, jardinagem, esgoto, água encanada e aí as pessoas vão construindo devagarzinho.

Eu acho que para eles tirarem o pessoal da Vila Itália não vai ser fácil, mas o Prefeito não tem boa vontade política de resolver o problema. Se ele fizesse 500 casas no Minha Casa Minha Vida ele desocupava a Vila Itália. Levava o pessoal para uma residência. Acontece que o prefeito não tem vontade política nenhuma de fazer isso. Infelizmente eu estou falando isso com base no que nós já reivindicamos, apresentamos. Essa arquiteta veio, trouxe melhoramentos, pedimos para o CRAS [Centro de Referência da Assistência Social] fazer o cadastro desse pessoal para entrar no Minha Casa Minha Vida, mas nada acontece.

(Vereador de São José do Rio Preto, 09/08/2020)

Com os trechos das entrevistas mostrados anteriormente, nós procuramos trazer o ponto de vista de um agente que trabalha em uma Secretaria Municipal, com um vereador que aparece como oposição ao governo local e com um morador da favela. São vários argumentos que fazem sentido, assim como há outros que não levam em conta questões importantes, assim, iremos destacar alguns pontos que precisam ser observados:

- O primeiro é sobre a produção habitacional popular na cidade. Em Rio Preto, nas décadas de 1980 e 1990 até o ano de 2007, foram construídos mais de duas dezenas de loteamentos populares públicos, feitos com verba da própria Prefeitura. Alguns já foram citados neste trabalho como parte dos programas de desfavelamento colocados em prática: Jardim Anielli, Eldorado 3, Jardim Marajó, Jardim Viena, João Paulo II, Parque da Cidadania, Marisa Cristina 1 e 2, Santo Antônio e Renascer. Na entrevista com o vereador rio-pretense, foi destacado que, no passado, a Prefeitura cedia os terrenos para as famílias que teriam que remover suas moradias das favelas e, através da autoconstrução, erguer as suas próprias casas no local de reassentamento. Essas estratégias, se analisadas hoje em dia, tornam-se praticamente improváveis de acontecer novamente. Na segunda metade da década de 2000, principalmente após a criação do Minha Casa Minha Vida, que vinculou a produção habitacional ao mercado, tornou-se bastante raro que hajam tantos investimentos municipais em loteamentos da forma com que ocorria anteriormente. Hoje, empresas como a MRV, Pacaembu Construtora, Tarraf, Rodobens e SETPAR praticamente tomaram conta da produção de conjuntos populares na cidade;
- A questão mencionada pela Secretária da Habitação da falta de renda também é pertinente. As famílias já estão vivendo na favela pelo fato de não contarem com o que é preciso para que possam arcar com os custos de uma casa ou um aluguel. Se elas forem contempladas no Minha Casa Minha Vida, por exemplo, e não conseguirem pagar as mensalidades, a casa será tomada e colocada para leilão e a família terá que voltar para a favela. A situação ainda se agrava porque os loteamentos que eram construídos para as menores faixas de renda não

estão mais sendo encomendados na cidade. O desemprego e a consequente falta de renda se tornaram problemas sérios no país nos últimos anos, que vem sendo agravada inclusive com a pandemia do Covid-19. Dessa forma, a falta de moradia é apenas um dos problemas que as pessoas enfrentam;

- Por fim, foi destacado por todos os entrevistados que o local em que está a favela da Vila Itália é uma área de Preservação Permanente que impede a urbanização, além de ter sido também local para descarte de resíduos. Dessa forma, por esses motivos os pedidos de regularização da Defensoria Pública e dos moradores continuarão sendo negados, tornando necessário um reassentamento das famílias em loteamentos, o que faz com que tenhamos que voltar ao que já foi discutido nos outros pontos.

A questão dos aglomerados subnormais em São José do Rio Preto não é recente, mas, diferente de outras épocas, o que aparenta é que a disputa entre moradores da favela da Vila Itália e o poder público ainda perdurará. As assembleias seguem ocorrendo periodicamente assim como os lados seguem discordando.

Considerações finais

As favelas não são fenômenos recentes nas cidades. Elas representam a forma com que as pessoas que não contam com o mínimo necessário de renda precisam recorrer a extremos para que possam ter uma moradia. Em síntese, representam os contrastes entre ricos e pobres nas cidades, que agravam as desigualdades já existentes.

Em São José do Rio Preto, esses aglomerados já existem há algumas décadas. A inclusão da cidade no Programa de Cidades de Porte Médio, que visava criar novos pontos de atração para os migrantes que até então se deslocavam para as regiões metropolitanas, prometeu investimentos em diferentes áreas, contudo, a realidade é que a cidade ainda não estava pronta para receber os novos contingentes de famílias. O resultado foi o crescimento populacional, de um lado, e o aumento de problemas relacionados à habitação, saneamento, emprego etc. Logo, as famílias, que careciam de ter uma casa, encontravam a oportunidade nas favelas que surgiam na cidade.

Visando diminuir o número de aglomerados subnormais que existiam, a Prefeitura passou então a investir em programas de desfavelamento que reassentavam as famílias em novos loteamentos localizados sobretudo na zona Norte da cidade. Esses programas, colocados em prática nas décadas de 1980 e 1990, ajudaram a reforçar a separação já existente na cidade em que colocava a zona Norte como a região destinada aos cidadãos mais pobres

Com o final do último programa de desfavelamento, no começo dos anos 2000, São José do Rio Preto ficou mais de uma década sem contabilizar um aglomerado subnormal, o que mudou no ano de 2015 quando foi criada a favela da Vila Itália. Desde então, há uma disputa entre Defensoria Pública e Prefeitura Municipal, em que um lado pede a regularização fundiária ou o reassentamento das famílias enquanto o outro pede a reintegração de posse. Ao contrário do que acontecia em outras décadas, a Prefeitura hoje não cogita regularizar e muito menos conceder terras para que as famílias construam suas próprias habitações em outras áreas, enquanto que, por outro lado, a justiça vem indeferindo os pedidos de reintegração até que o poder público municipal apresente um plano de reassentamento para as famílias. Essa disputa segue desde os primeiros meses da favela e, aparentemente, não há prazo para terminar.

Referências

ANDRADE, B. N. M. M. de. **O caso da Vila Itália: direito como luta e práxis transformadora**. Franca, 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

BARBOSA, J. L. As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos às cidades. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G. da A.; PADUA, R. F. de. (orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agglomerados subnormais**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7552>> Acesso em: 02 jan. 2021.

_____. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 12 jan. 2021.

BUENO, J. C. de L. **A expansão física de São José do Rio Preto – 1980 a 2000**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. CARLOS, A. F. A. Geografia crítica-radical e a teoria social. In: CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I. P. (orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MOYÁ, M. E. Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, nº 6, p. 73-88, 2007.

_____. Políticas públicas no espaço. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v. 13, nº 22, p. 41-71, 2016.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2017.

SANTOS, A. C. dos. **Mudanças e permanências na política urbana e o seu papel na produção do espaço urbano desigual**: estudo de São José do Rio Preto-SP. Campinas, 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Conjuntura Econômica – 1988**. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/planejamento/>> Acesso em: 04 jan. 2021.

_____. **Conjuntura Econômica – 2001**. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/planejamento/>> Acesso em: 04 jan. 2021.

SARAIVA, C.; MARQUES, E. Favelas e periferias nos anos 2000. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

VASCONCELOS, L. A. T. **Desenvolvimento econômico e urbanização nas regiões administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba**. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas.